

Ulysses assume defesa de 5 anos e parlamentarismo



Ulysses reuniu as lideranças partidárias, ontem, e neste fim de semana manterá novos contatos

Camargo ataca virtual premiê e prevê crise

O senador petebista Afonso Camargo, ex-secretário-geral do PMDB, previu o agravamento da crise de "ingovernabilidade" do País, caso o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, venha a ser escolhido Primeiro-Ministro e o mandato do presidente Sarney venha a ser fixado em cinco anos: "Se isso acontecer é melhor deixar o País. O dr. Ulysses não sabe administrar e o parlamentarismo só vai agravar a situação dramática em que o País está mergulhado".

Apesar dessas observações, Afonso Camargo, um dos coordenadores do Comitê Pró-Diretas, que defende eleições presidenciais este ano, manifestou a expectativa de que, se for aprovado o sistema parlamentarista, "a Câmara cairá na real e não aprovará a indicação do Dr. Ulysses, porque, diante de uma situação concreta, os parlamentares vão refletir melhor sobre as consequências da sua escolha".

Para o senador paranaense, o clima favorável ao parlamentarismo com cinco anos vem sendo alimentado "artificialmente, tendo como componente a antiga ameaça, também artificial, de intervenção dos militares". Camargo declarou-se convencido de que a maioria dos militares quer eleições este ano e advertiu que, contrariar essa expectativa é que pode ser prejudicial ao processo de transição: "Isso pode dar margem a que algum coronel, inconformado, venha a tentar uma quartelada que, mesmo sem sucesso, criaria problemas".



Camargo: ameaça artificial

Presidente vê pantanal em Mato Grosso

Cuiabá — O presidente Sarney e dona Marly visitam neste final de semana a fazenda São João, considerada "histórica e típica" do Pantanal mato-grossense. Em 1917, a propriedade, então pertencente à família Costa Marquês, originária da região e que mantém lá uma indústria de charque, foi visitada pelo presidente norte-americano Theodoro Roosevelt, que fez, na época uma excursão à Amazônia, na companhia do marechal Rondon. Adquirida por volta de 1970 pelo empresário Sebastião Camargo Correa.

Com acesso pela rodovia pantaneira, a fazenda se localiza a 134 quilômetros da cidade de Poconé, numa área com cerca de 60 mil hectares, onde há um sistema de controle de inundação. Seu rebanho bovino é considerado excepcional, com altíssimos índices de produtividade. Lá existe, ainda, um rebanho de gado selvagem, "bagual", que vem sendo preservado.

A fazenda São João é dotada de pista de pouso asfaltada com 1.500 metros de extensão e casa de recepção para hospedar visitantes ilustres. Por lá passaram o presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, o ex-presidente Ernesto Geisel, vários ministros de estado, delegações da Escola Superior de Guerra e da Constituinte, como os membros da ex-Comissão do Meio Ambiente. Além do presidente Sarney e dona Marly, visitam a propriedade, neste final de semana, o presidente da LBA, Marcus Vilaça e o ministro chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denny.

Faltou proposta na reunião de Brossard

No encontro que manteve na manhã de ontem com os presidentes do PMDB, PFL, PDS e PTB, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, transmitiu oficialmente aos presentes a disposição do presidente Sarney de acatar o que for decidido pela Constituinte, no que diz respeito ao sistema de governo, mas não fez nenhuma proposta concreta de negociação. Antes da reunião no Ministério da Justiça, o presidente do PFL, Marco Maciel, esteve com o presidente Sarney, com quem tomou café da manhã no Palácio da Alvorada e depois revelou a correligionários a disposição de realizar entendimentos quanto a forma de governo a ser aprovada e o início da sua adoção.

Durante a reunião, segundo o presidente do PDS, Jarbas Passarinho, "ninguém arriscou prever" qual o sistema de governo e o tempo de mandato que sairão vencedores na Constituinte, mas tanto Passarinho quanto Marco Maciel registraram, depois, em declarações à imprensa, o crescimento da opção pelo parlamentarismo. Ainda pelo relato do presidente do PDS, os presentes foram receptivos quanto à apreensão demonstrada pelo presidente Sarney a respeito das consequências de um impasse político e da ação de minorias radicais.

"Dados novos"

Em breve relato do encontro, Brossard disse que na reunião prevaleceu a preocupação de "buscar instituições eficazes, que assegurem a paz com ela o progresso e o desenvolvimento".

"Evidentemente que o sistema de governo foi um dos temas conversados, e aí eu tive a oportunidade de dizer que a preocupação do presidente Sarney não é impor soluções, mas, antes, é buscar soluções que assegurem a paz, a tranquilidade e o desenvolvimento do País".

Brossard respondeu aos repórteres que não houve "propriamente uma proposta de negociação", mas que a negociação "é permanente, é iminente ao processo político".



No encontro, nada de novo

Os presidentes de partido saíram do encontro com Brossard — que durou uma hora — satisfeitos com que ouviram do ministro, Maciel, que na véspera previa um encontro sem maior repercussão, proclamou, em conversa com repórteres, que a reunião "foi muito importante". O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, qualificou de "extremamente importante a declaração do Presidente, através do ministro da Justiça, de que não há intransigência da sua parte".

Embora se proclamando "o mais presidencialista dos presidencialistas", Maciel disse reconhecer que a tendência parlamentarista estava crescendo e que o importante era encontrar uma solução capaz de evitar "o atrito" entre o presidente Sarney e a Constituinte. O senador Jarbas Passarinho também reconheceu a ampliação da tendência pelo parlamentarismo, mas destacou a necessidade de buscar-se uma fórmula que "tenha o máximo de consenso, considerando que agora fica mais fácil negociar" diante de dados novos, como os que foram transmitidos por Brossard.

Planalto confunde Assembléia

A confusão de sinais políticos emitidos pelo Governo, em torno das questões fundamentais da Constituinte — parlamentarismo ou presidencialismo e mandato de quatro anos ou cinco anos para o presidente José Sarney — criou clima de perplexidade na Assembléia e influenciou, sensivelmente, na mudança das tendências que ali se faziam sobre os dois assuntos.

Divulgou-se a versão de que Sarney concordava com os entendimentos em favor do parlamentarismo e, conseqüentemente, da aprovação do mandato de cinco anos.

Tal idéia ganhou vulto após a reunião do presidente do PFL, senador Marco Maciel, com Sarney, no Palácio da Alvorada, pela manhã. Depois, Maciel se avistou com o ministro Paulo Brossard, da Justiça, juntamente com os dirigentes de mais três partidos: Ulysses Guimarães (PMDB), Jarbas Passarinho (PDS) e Paiva Muniz (PTB). Circulou na Assembléia a informação de que o Governo contava com o apoio dos políticos, para enfrentar a situação conjuntural e estrutural difícil do País.

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, no entanto, contestava a disposição atribuída a Sarney, de aceitar o parlamentarismo. Após breve encontro com o Presidente, o parlamentar peemedebista insistiu em que Sarney estava na mesma postura pró-presidencialismo e a favor dos cinco anos.

Bordaberry

Para o ex-ministro da Justiça, deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), esse confuso jogo político estava sendo conduzido pelo próprio Presidente.

"Sarney — disse Lyra ao repórter do JBr — é o nosso anti-Bordaberry (o ex-presidente uruguaio José Maria Bordaberry, utilizado pelos militares como instrumento de dominação política).

Enquanto Bordaberry foi usado pelos militares, Sarney pensa em servir-se deles, no Brasil".

Na realidade, o clima de apreensão que tomou conta da Assembléia não era atribuído a pressões explícitas de natureza militar, mas, difusamente, falava-se numa suposta crise que poderia eclodir no País, caso a Constituinte convocasse eleições presidenciais para novembro próximo.

"Não há nada disso, absolutamente nada" — salientava Lyra, referindo-se aos pronunciamentos de alguns ministros militares, sobre assuntos políticos sujeitos à decisão da Assembléia".

Lyra sustentou o direito de opinião dos ministros militares, mas ressaltou que estes, ao falarem, como são autoridades, podem mobilizar tropas sob seu comando ou gerar atos de desobediência da parte dos que divergirem de suas opiniões políticas. Para o parlamentar do PMDB, pior do que a emissão de opiniões desses ministros, é a postura a seu ver antipatriótica do Presidente da República, de utilizar os militares para seus objetivos políticos.

Aludiu Lyra ao pronunciamento feito por Sarney, na Escola Naval, no Rio, quando sublinhou que a sociedade civil está em decomposição e a classe política dividida e só os militares estão unidos.

Para o ex-ministro, a Lei de Segurança Nacional considera crime jogar os civis contra os militares, "mas a recíproca também é verdadeira. Mas é isso que o chefe do Governo parece estar querendo fazer".

Finalizando, Fernando Lyra referiu-se ao presidente de seu partido, Ulysses Guimarães, que, "há dias, para agradar aos setores de esquerda, chamou os ministros da Junta Militar de 1969, de três patetas, mas hoje, engajado no parlamentarismo e na tese dos cinco anos para Sarney, faz o jogo político da direita".

Andrei Meireles

Um acordo em torno da adoção do parlamentarismo com um mandato presidencial de cinco anos entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães pode ser selado nos próximos dias. Ontem, o ministro Paulo Brossard, da Justiça, revelou, em nome de Sarney, a quatro presidentes de partido (PMDB, PFL, PDS e PTB), que o Governo não negocia a duração do mandato, mas aceita o entendimento em torno do sistema de governo.

Depois da reunião, em entrevista, Ulysses Guimarães, pela primeira vez, manifestou-se a favor da proposta, definindo-a como uma "conciliação entre o permanente e conjuntural". E adiou para terça-feira a votação do sistema de governo, dando tempo para a negociação do acordo. O senador Marco Maciel, presidente do PFL,



anunciou que conversará com o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e com os dirigentes do seu partido nas próximas horas, informando que, embora mantenha suas convicções presidencialistas, seguirá o que decidir a maioria liberal.

"Campo maduro"

A primeira conseqüência da perspectiva de acordo na Constituinte foi um aparente crescimento da proposta parlamentarista: "Não há dúvida, o parlamentarismo cresceu muito nas últimas horas", reconheceu Marco Maciel. O senador José Richa, que é parlamentarista, mas não aceita o acordo em torno dos cinco anos, ainda foi mais enfático: "O parlamentarismo já está assegurado. Tem a ampla maioria".

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, conversou, ontem de manhã, com Ulysses e manteve inalterada a sua recusa ao acordo. Vários de seus vice-líderes asseguraram que votarão no parlamentarismo, rejeitando a proposta de alguns integrantes do MUP de apoiar o presidencialismo em represália ao acordo. Mas também vão prosseguir e lutar pelos quatro anos de mandato.

Na entrevista, Ulysses disse que o adiamento de domingo para a próxima terça-feira da votação do sistema de governo facilitará o entendimento: "As negociações estão avançando em campo maduro e eu acredito que elas poderão resultar numa maioria que evite o buraco negro e decida o assunto".

Sem barganha

Em seguida, Ulysses comentou a proposta de parlamentarismo com cinco anos, que sempre teve o seu aval, mas não era abertamente assumida: "Ela tem uma presença muito grande aqui na Constituinte. Todos sabem disto. Eu ainda não posso dimensionar em termos de votos. Mas está se configurando como uma conciliação entre o estrutural, que é o permanente, que é o sistema de governo, e o mandato para todos os presidentes, e o conjuntural, que é a situação atual, do mandato do presidente José Sarney".

Durante o fim de semana, as diversas correntes na Constituinte reúnem-se para uma tomada de posição. O grupo mais ligado a Ulysses tentará fechar o acordo com o Planalto que depende da palavra final do presidente José Sarney, que chega amanhã a Brasília.

Para senador, uma votação muda outra

Para o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), há um clima favorável pela aprovação do sistema parlamentar de governo com mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República entre os membros da Assembléia Nacional Constituinte.

"A tendência pela aprovação do novo sistema de governo e do mandato, afirma o senador, origina-se do fato de que a aprovação do presidencialismo abriria espaço para a discussão em torno da proposta dos quatro anos para o presidente José Sarney, na medida em que acha difícil a não aprovação desse período de gestão para os futuros presidentes da República no sistema presidencial de governo".

A possibilidade de se configurar um "buraco negro" sobre a questão que envolve sistema de governo e mandato presidencial não está afastada, diz o líder, que confia na consumação de acordo em plenário para que o assunto não requirite texto opcional da relatoria da Assembléia Constituinte.

Leônidas acatará acordo da maioria

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse ontem ao deputado José Geraldo (PMDB-MG), uma das recentes aquisições do grupo parlamentarista, que se a implantação do sistema de Gabinete for o melhor caminho para viabilizar as eleições presidenciais no próximo ano, ele não será obstáculo a um acordo nesse sentido, que equivale a fixar o mandato do presidente José Sarney em cinco anos.

O ministro disse também que, no caso de prevalecer a tese parlamentarista, considera importante fazer, após um período de experiência do novo sistema, um plebiscito para verificar a sua aceitação popular. José Geraldo fez ontem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, um relato da sua conversa com o general Leônidas que, no seu entender, demonstrou moderação e total senso de equilíbrio.

O general Leônidas Pires, que tem defendido o presidencialismo e o mandato de cinco anos, disse, segundo informou o parlamentar, que os militares desejam que a negociação do sistema de governo seja vinculada a uma questão de mandato e que a posição de que a realização de eleições este ano trará graves dificuldades ao País continua dominante no meio das Forças Armadas.

Nyder vê "buraco" como alternativa

"O buraco-negro, que antes se apresentava para nós com um temor, hoje se apresenta claramente como uma alternativa para que os líderes, mentores e as pessoas que têm tendência para o diálogo possam resolver os problemas que afligem a sociedade. E, é evidente, o sistema de governo é um deles". A declaração é do deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES) que atribui a conquista desta alternativa de entendimento ao trabalho do Centraço, que conseguiu a mudança do Regimento Interno da Assembléia Constituinte.

Presidencialista, Nyder Barbosa acredita que no momento existe uma maioria (não absoluta) a favor do sistema presidencial de governo. Porém, analisa, "essa maioria é perigosa, é escassa, pois foi aferida entre os constituintes que estão aqui no Congresso sempre em torno de 510 quando somos 559. Então, esses 50 parlamentares que não estão presentes, diante dessa maioria escassa, podem vir votar o sistema de governo e decidir o pleito".

Sob esse ponto de vista e considerando os constituintes indefinidos na questão, é que Nyder considera que contar com uma maioria de 10 ou 20 constituintes apenas, para aprovar uma matéria "é altamente perigoso".

Para ele "correr o risco não é a melhor medida. Vamos apelar para o buraco negro e sentar para conversar". Além disso, constata, "a partir do momento em que se cria o buraco negro está evidenciado que não existe maioria alguma".

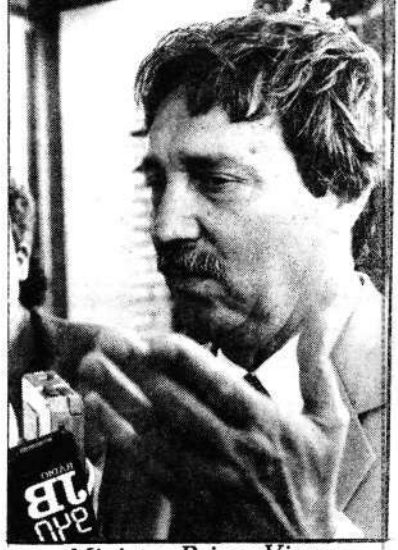
Prisco: Sarney não negocia

O presidente José Sarney não está negociando a aprovação do mandato de cinco anos com parlamentarismo, segundo assegurou ontem o ministro Prisco Viana, da Habitação, após o embarque do chefe do País para Mato Grosso. Sarney viajou na tarde da noite para Poconé, oeste mato-grossense, onde vai passar o fim de semana na fazenda-ilha da construtora Camargo Corrêa.

Prisco disse que está trabalhando para viabilizar a posição do Presidente, que é de presidencialismo com cinco anos. "Nenhum ministro está autorizado pelo presidente Sarney a negociar outra solução que não esta", enfatizou o titular da Habitação.

Ele explicou ainda que a posição do governo não é de negociar, mas Sarney não interfere nos entendimentos que estão se desenvolvendo a nível de lideranças dentro da Constituinte.

"O Presidente tem uma posição e que não é pessoal. É uma posição que resulta da avaliação do quadro político da transição e ele não negocia até porque, fazê-lo significaria admitir que está barganhando em interesse pessoal", garantiu o ministro.



Ministro Prisco Viana

Segredo

Indagado sobre um possível acordo em torno do parlamentarismo com cinco anos, Prisco Viana foi ainda mais incisivo: "Uma proposta desta natureza é até desrespeitosa ao Presidente. Admitir que ele possa aceitar outro sistema de governo, que não aquele

que ele sustenta, para ter mais prazo de mandato, é admitir que ele esteja fazendo uma barganha que absolutamente não corresponde à sua posição".

Quando um repórter observou que negociar o mandato e o sistema de governo poderia significar o fim do impasse, Prisco disse que o governo não fez o impasse e não lhe compete resolver o problema.

"Nós estamos seguros de que vai se manter o presidencialismo e o mandato será de cinco anos", garantiu o ministro. Diante desta afirmação, um jornalista indagou qual seria a margem de votos a favor do Palácio do Planalto. "Aí é segredo de Estado", reagiu.

Covas exige os 4 anos

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, afirmou, ontem, que não participará de nenhum acordo que tenha por objetivo atribuir um mandato de cinco anos para o presidente Sarney e que, em sentido inverso, está disposto a contribuir para qualquer negociação que assegure a realização de eleições presidenciais este ano.

Covas disse que lhe basta uma razão para justificar sua inflexibilidade quanto a um mandato de quatro anos para Sarney: "o desejo de 90% da sociedade". A seu ver, um político não pode ir de encontro a um desejo tão forte do povo, expresso "em todas as consultas de opinião pública".

O líder peemedebista minimizou o significado das manifestações dos ministros militares em favor da aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, mostrando-se convencido de que as Forças Armadas acatarão qualquer decisão da Constituinte, em torno do mandato.

"Eles são ministros do Governo e há pouco tempo o Presidente disse que não per-

manecerá na equipe quem for natural, portanto, que os ministros militares se manifestem em defesa dos cinco anos".

União

Diante da observação de um repórter de que o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, já estava admitindo que o fundamental é o sistema de governo e não o mandato de quatro ou cinco anos, Covas comentou, em tom de desabafo: "é por isso que eu sou tido como inflexível e fico isolado, mas há coisas que não dá para negociar".

Procurado pelo Jbr, Fernando Henrique Cardoso explicou que não está aceitando o mandato de cinco anos. Apenas entende que, no momento, o importante é que quatroonistas e cincoonistas que defendem o parlamentarismo se unam para aprovar esse sistema, deixando o exame da questão do mandato para quando as disposições transitórias forem votadas.

"Isso não altera minha posição favorável aos quatro anos, que, inclusive, reiterei ontem ao Dr. Ulysses".

Lucena nega adesão à tese

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Congresso (foto), considerou "ridículas" as notícias de que teria aderido ao parlamentarismo em favor de um acordo que garantira os cinco anos de mandato para Sarney. Lucena citou informações do deputado Milton Reis (PMDB-MG), de que o presidente Sarney havia negado qualquer intenção de barganhar duração de mandato com sistema de governo. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), presidencialista como Lucena, mas que não tem dúvidas sobre a existência do acordo, reclamou: "O Sarney vai dizer que não tem nada com isso, mas só tem".

As notícias sobre o "acordão" não deixavam mais dúvidas entre muitos presidencialistas, especialmente depois da entrevista do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) concordando que "parlamentarismo com cinco anos é a tese que tem mais aceitação".

O presidente do Congresso fez questão de, logo no início da tarde, marcar entrevista para desmentir categoricamente sua adesão à tese.

Lucena, que é favorável ao mandato de cinco anos por se tratar, segundo ele, de uma "tradição republicana", considera também absurdas as notícias de que haveria retrocesso se fosse aprovado o mandato de 4 anos para Sarney. Ele disse que notícias neste sentido "só servem para intimidar" e supôs que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, esteja "até irritado" com as informações dos jornais de que as previsões de golpe tenham partido dele.

Presidencialistas como Maurílio Ferreira Lima, a par de todas as negociações ocorridas nos últimos dias, dizem não ter dúvidas de que o Palácio do Planalto está por trás de tudo e que o objetivo é exatamente o de desgastar o Parlamento, mudando o sistema de governo em meio a uma crise que levará o povo a exigir mudanças imediatas, que não poderão ocorrer da noite para o dia. Com isso, prevê Maurílio, o povo passará a atribuir ao Parlamento toda a culpa pela crise, o que determinará, a seu ver, o desgaste da classe política.